



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO - ES / RJ

ANALISTA JUDICIÁRIO

APOIO ESPECIALIZADO CONTADORIA

TIPO 1

MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2016

INSTRUÇÕES

- 1** Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Todos os demais objetos devem ser colocados na embalagem não reutilizável fornecida pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e carteira com documentos e valores em dinheiro.
- 2** Não é permitida, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, deverá haver o recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo e similares.
- 3** O tempo de duração da prova abrange a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas, bem como o procedimento de identificação datiloscópica previsto.
- 4** Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
- 5** O Caderno de Provas consta de 60 (sessenta) itens de múltipla escolha. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/área/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas que lhe foi fornecida estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
- 6** Os itens das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.
- 7** Verifique se o TIPO/COR deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como com o TIPO/COR registrado na folha de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- 8** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 9** É PROIBIDA a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) em qualquer meio.
- 10** O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
- 11** Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico www.consulplan.net, no mesmo dia da aplicação, a partir das 21h00min (vinte e uma horas).
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do 2º dia útil subsequente à data de sua divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net.
- A interposição de recursos poderá ser feita exclusivamente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.

CONHECIMENTOS GERAIS

Medo e preconceito

O tema é espinhoso. Todos somos por ele atingidos de uma forma ou de outra, como autores ou como objetos dele. O preconceito nasce do medo, sua raiz cultural, psíquica, antropológica está nos tempos mais primitivos – por isso é uma postura primitiva –, em que todo diferente era um provável inimigo. Precisávamos atacar antes que ele nos destruísse. Assim, se de um lado aniquilava, de outro esse medo nos protegia – a perpetuação da espécie era o impulso primeiro. Hoje, quando de trogloditas passamos a ditos civilizados, o medo se revela no preconceito e continua atacando, mas não para nossa sobrevivência natural; para expressar nossa inferioridade assustada, vestida de arrogância. Que mata sob muitas formas, em guerras frequentes, por questões de raça, crença e outras, e na agressão a pessoas vitimadas pela calúnia, injustiça, isolamento e desonra. Às vezes, por um gesto fatal.

Que medo é esse que nos mostra tão destrutivos? Talvez a ideia de que “ele é diferente, pode me ameaçar”, estimulada pela inata maldade do nosso lado de sombra (ele existe, sim).

Nossa agressividade de animais predadores se oculta sob uma camada de civilização, mas está à espreita – e explode num insulto, na perseguição a um adversário que enxovalhamos porque não podemos vencê-lo com honra, ou numa bala nada perdida. Nessa guerra ou guerrilha usamos muitas armas: uma delas, poderosa e sutil, é a palavra. Paradoxais são as palavras, que podem ser carícias ou punhais. Minha profissão lida com elas, que desde sempre me encantam e me assombam: houve um tempo, recente, em que não podíamos usar a palavra “negro”. Tinha de ser “afrodescendente”, ou cometíamos um crime. Ora, ao mesmo tempo havia uma banda Raça Negra, congressos de Negritude... e afinal descobrimos que, em lugar de evitar a palavra, podíamos honrá-la. Lembremos que termos usados para agredir também podem ser expressões de afeto. “Meu nego”, “minha neguinha”, podem chamar uma pessoa amada, ainda que loura. “Gordo”, tanto usado para *bullying*, frequentemente é o apelido carinhoso de um amigo, que assim vai assinar bilhetes a pessoas queridas. Ao mesmo tempo, palavras como “judeu, turco, alemão” carregam, mais do que ignorância, um odioso preconceito.

De momento está em evidência a agressão racial em campos esportivos: “negro”, “macaco” e outros termos, usados como chibata para massacrar alguém, revelam nosso lado pior, que em outras circunstâncias gostaríamos de disfarçar – a grosseria, e a nossa própria inferioridade. Nesses casos, como em agressões devidas à orientação sexual, a atitude é crime, e precisamos da lei.

No país da impunidade, necessitamos de punição imediata, severa e radical. Me perdoem os seguidores da ideia de que até na escola devemos eliminar punições do “sem limites”. Não vale a desculpa habitual de “não foi com má intenção, foi no calor da hora, não deem importância”. Temos de nos importar, sim, e de cuidar da nossa turma, grupo, comunidade, equipe ou país. Algumas doenças precisam de remédios fortes: preconceito é uma delas.

“Isso não tem jeito mesmo”, me dizem também. Acho que tem. É possível conviver de forma honrada com o diferente: minha família, de imigrantes alemães aqui chegados há quase 200 anos, hoje inclui italianos, negros, libaneses, portugueses. Não nos ocorreria amar ou respeitar a uns menos do que a outros: somos todos da velha raça humana. Isso ocorre em incontáveis famílias, grupos, povos. Porque são especiais? Não. Simplesmente entenderam que as diferenças podem enriquecer.

Num país que sofre de tamanhas carências em coisas essenciais, não devíamos ter energia e tempo para perseguir o outro, causando-lhe sofrimento e vexame, por suas ideias, pela cor de sua pele, formato dos olhos, deuses que venera ou pessoa que ama. Nossa energia precisa se dedicar a mudanças importantes que o povo reclama. Nestes tempos de perseguição, calúnia, impunidade e desculpas tolas, só o rigor da lei pode nos impedir de recair rapidamente na velha selvageria. Mudar é preciso.

(LUFT, Lya. 10 de setembro, 2014 – Revista Veja.)

01

Segundo pode-se apreender do texto, a agressividade humana

- A) é tanto pior quanto física numa bala nada perdida.
- B) desarmoniza-se com o manto de civilização com que nos vestimos.
- C) é uma instância urdida como fator necessário e insubstituível para a sobrevivência.
- D) atenua-se por uma ansiedade irracional que tem sua gênese nas relações interpessoais.



02

Leia as frases seguintes. Em uma delas há **INCORREÇÃO** quanto à ortografia das palavras. Assinale-a.

- A) O não preconceito seria bem vindo para que os homens tivessem mais paz no seu dia-a-dia.
- B) O preconceito é arqui-inimigo da paz entre os homens, inquieta os espíritos e promove o desequilíbrio social.
- C) O preconceito é algo tão arraigado no homem que, para alguns, é extremamente penosa a lide com a diversidade.
- D) Medo e preconceito se inter-relacionam desde o surgimento do homem. Urge mudar esse destino a que o homem está fadado.

03

Segundo o texto, as atitudes preconceituosas

- A) surgem do açodamento nas relações humanas.
- B) foram e serão sempre comportamentos inescrutáveis.
- C) podem surgir do medo ou da não aceitação da diversidade.
- D) perenizaram-se por arraigarem-se ao homem tornando-se inelidíveis.

04

“Precisávamos atacar antes que ele nos destruísse.” (1º§) A expressão “antes que” estabelece, entre as orações, uma relação de

- A) tempo.
- B) condição.
- C) finalidade.
- D) concessão.

05

“Nessa guerra ou guerrilha usamos muitas armas...” (3º§) A forma verbal que apresenta a mesma transitividade da sublinhada na frase anterior está destacada em:

- A) “O preconceito nasce do medo, sua raiz cultural, psíquica, antropológica...” (1º§)
- B) “Algumas doenças precisam de remédios fortes: preconceito é uma delas.” (5º§)
- C) “No país da impunidade, necessitamos de punição imediata, severa e radical.” (5º§)
- D) “... palavras como ‘judeu, turco, alemão’ carregam, mais do que ignorância, um odioso preconceito.” (3º§)

06

Em qual frase a seguir **NÃO** se cometeu erro de concordância nominal?

- A) Os alunos acabam sendo bastantes estimulados a não seguirem regras.
- B) Em determinados casos as punições deveriam ser o mais duras possíveis.
- C) Descobriram várias firmas fantasma na metrópole que incitavam o racismo.
- D) Nas sociedades antigas olhos verde-claro eram mais aceitos do que olhos negros.

07

Assinale a opção em que o “a” sublinhado nas duas frases deve receber o acento grave indicativo de crase.

- A) Fui a casa de meu pai. Lá, algumas pessoas preconceituosas ficaram a distância.
- B) O professor se referiu a todos que estavam presentes. Eles ficaram frente a frente.
- C) O mérito foi dedicado a eles. Os supervisores chegaram a uma hora em ponto na escola.
- D) Os estudantes vestiram-se a Momo. Eles foram barrados pelos seguranças a entrada do salão de baile.

08

De acordo com o texto, a relação “medo e preconceito”

- A) explica um problema só elidível através de ação.
- B) inviabiliza qualquer análise racional de preconceitos.
- C) valida o preconceito, justificando a relativização de ações penais.
- D) autoriza o comportamento de alunos sem limites, pois são frutos do sistema.

09

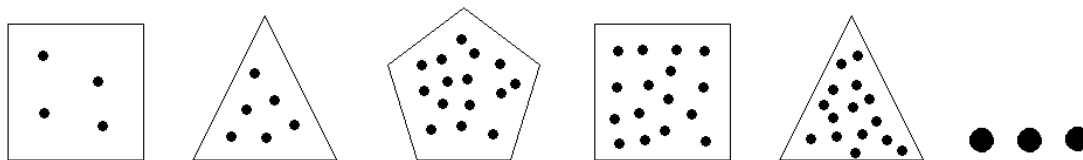
Bruna mora longe de seus pais e deseja escolher 3 meses de um mesmo ano para visitá-los, sendo que os dois primeiros deles devem ser do primeiro semestre do ano e não consecutivos; o outro mês deve ser qualquer um a partir de agosto. De quantas maneiras Bruna poderá efetuar a escolha dos meses em que visitará seus pais?

- A) 18.
- B) 32.
- C) 50.
- D) 60.



10

Alexandre desenhou polígonos e, dentro dos mesmos, fez vários pontos obedecendo a certa lógica sequencial e matemática, como mostrado na figura a seguir.



O número de pontos que o sexto termo dessa sequência deverá possuir para que se mantenha a lógica de Alexandre é:

- A) 18 pontos. B) 20 pontos. C) 24 pontos. D) 30 pontos.

11

Simeão, Estevão e Alan possuem cães das raças: labrador, *beagle* e buldogue; sendo suas cores: preto, branco e cinza, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- o cão de Estevão é cinza;
- Simeão ou tem um labrador ou tem um *beagle*;
- o labrador não é branco; e,
- o buldogue é preto.

Baseado nas informações anteriores, o dono do *beagle*, do cão preto, do cão branco, do labrador e do buldogue são, respectivamente:

- A) Simeão, Alan, Simeão, Estevão e Alan. C) Alan, Simeão, Alan, Estevão e Simeão.
 B) Estevão, Alan, Simeão, Alan e Simeão. D) Simeão, Estevão, Alan, Alan e Estevão.

12

“Jorge, servidor público federal, ingressou no serviço público em 2005, exercendo atividades sob condições especiais que prejudiquem sua saúde, consulta seu advogado sobre as condições de sua futura aposentadoria, sendo certo que já possui três períodos de licença-prêmio não gozadas.” Sobre a hipótese, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os períodos de licença-prêmio não gozada podem ser contados em dobro para fins de soma de seu tempo de serviço.
 II. As condições especiais de trabalho não podem ser consideradas na aposentadoria de Jorge, uma vez que não editada lei complementar regulamentadora da aposentadoria especial, exigida pela Constituição.
 III. Para o cálculo dos proventos de aposentadoria de Jorge, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as suas remunerações utilizadas como base para as contribuições.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III. B) II, apenas. C) III, apenas. D) I e III, apenas.

13

Um dos atributos classicamente atribuídos aos atos administrativos é a autoexecutoriedade. Nesse sentido, assinale qual dos atos a seguir indicados possui o atributo da autoexecutoriedade:

- A) Cobrança de tributos.
 B) Aplicação de multa de trânsito.
 C) Fechamento de estabelecimentos que não respeitam normas sanitárias.
 D) Liminar em mandado de segurança determinando o reingresso de servidor público.

14

Encerrado o estágio probatório de servidores públicos federais, estes possuem direito à permanência no cargo, adquirindo, assim, estabilidade. Assinale qual das alternativas a seguir NÃO autoriza a perda de cargo de servidores estáveis:

- A) Procedimento de avaliação periódica de desempenho.
 B) Decisão contrária em processo administrativo disciplinar.
 C) Decisão judicial pendente de recurso em ação popular ou ação civil pública.
 D) Redução de despesas, após a redução de pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.

20

Nos termos da Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, “as ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário” denominam-se:

- A) Agenda ambiental. C) Práticas de racionalização.
B) Logística sustentável. D) Práticas de sustentabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Uma grande empresa do ramo de mineração apresentou os seguintes dados no dia 31 de dezembro de 2016:

Fornecedores – vencimento em março de 2016	R\$ 1.350.000,00	Mina de ouro	R\$ 2.500.000,00
Exaustão acumulada	R\$ 250.000,00	Clientes – vencimento em julho de 2017	R\$ 500.000,00
Capital social	R\$ 1.500.000,00	Financiamentos a longo prazo	R\$ 593.000,00
Caixa	R\$ 20.000,00	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	R\$ 2.000,00
Veículo	R\$ 430.000,00	Estoque para venda imediata	R\$ 720.000,00
Clientes – vencimento em março de 2018	R\$ 295.000,00	Depreciação acumulada	R\$ 45.000,00
Fornecedores – vencimento em abril de 2018	R\$ 800.000,00	Reserva de lucros	R\$ 750.000,00
Tributos a recuperar	R\$ 25.000,00	Imóveis	R\$ 1.000.000,00
Tributos a recolher	R\$ 200.000,00		

No Balanço Patrimonial, o valor do Ativo é de:

- A) R\$ 5.193.000,00. B) R\$ 5.197.000,00. C) R\$ 5.445.000,00. D) R\$ 5.787.000,00.

22

Uma empresa de serviços contábeis apresentou os seguintes valores em 31 de dezembro de 2016:

Despesa com material de limpeza	R\$ 2.000,00
Receitas financeiras	R\$ 8.000,00
Custo do serviço prestado	R\$ 56.000,00
Tributos sobre serviços	R\$ 75.000,00
Receita bruta de serviços prestados	R\$ 1.500.000,00
Serviços cancelados	R\$ 10.000,00
Despesas financeiras	R\$ 5.000,00
Despesas gerais	R\$ 1.500,00

O valor do resultado bruto na Demonstração do Resultado do Exercício do período é de:

- A) R\$ 1.355.500,00. B) R\$ 1.358.500,00. C) R\$ 1.359.000,00. D) R\$ 1.415.000,00.

23

A empresa Nossa Ltda. encerrou o exercício de 2016 com um lucro significativo e destinará parte do lucro para a reserva estatutária. Sobre esta reserva, a Lei nº 6.404/76 diz que o estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

- I. Indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade.
II. Fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição.
III. Estabeleça o limite máximo da reserva, que deve respeitar 1% do lucro líquido apurado.

Considerando a Lei nº 6.404/76, estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.



24

A Empresa Você Ltda. atua no ramo de serviços e realizou o lançamento contábil do 1/12 referente ao 13º salário de seus empregados do mês de março de 2016. O lançamento contábil realizado para o reconhecimento do fato ocasionou:

- A) Diminuição no Ativo e aumento no Passivo. C) Aumento na Despesa e aumento no Passivo.
B) Aumento no Ativo e diminuição no Passivo. D) Aumento na Despesa e diminuição no Passivo.

25

Segundo a Lei nº 6.404/76: “No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- I. Ativo circulante (incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).
II. Ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)”.

De acordo com a referida lei “os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (Artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia” (Lei nº 6.404/76), devem ser classificados como?

- A) No intangível. C) No ativo imobilizado.
B) Em investimentos. D) No ativo realizável a longo prazo.

26

“A empresa ZGN Ltda. atua exclusivamente no ramo comercial e fez aquisição de uma mercadoria para revenda no valor de R\$ 1.000,00 (valor total da nota, já com tributos). Na nota fiscal da operação, emitida pela indústria vendedora, constava o ICMS no valor de R\$ 150,00 e IPI no valor de R\$ 100,00.” Sabendo que a ZGN Ltda. efetuou o pagamento à vista, em dinheiro, no valor total da nota que era R\$ 1.000,00, qual o lançamento contábil que ela deve realizar? (Desconsidere data e histórico).

- A) D – Caixa R\$ 1.000,00
C – Mercadorias R\$ 850,00
C – ICMS a recuperar R\$ 150,00
B) D – Mercadorias R\$ 850,00
D – ICMS a recuperar R\$ 150,00
C – Caixa R\$ 1.000,00
C) D - Mercadorias R\$ 750,00
D – IPI a recuperar R\$ 100,00
D – ICMS a recuperar R\$ 150,00
C – Caixa R\$ 1.000,00
D) D – Mercadorias R\$ 1.000,00
C – Caixa R\$ 1.000,00

27

“A companhia Solda S/A, que atua exclusivamente no ramo de serviços de solda, quando do fechamento de seu balanço patrimonial do ano de 2016, ficou com uma dúvida ao avaliar as aplicações em instrumentos financeiros e contratou uma consultoria para ajudá-la. A auditoria contratada verificou que estas se tratavam de aplicações destinadas à negociação e disponíveis para venda.” De acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, estes ativos devem ser avaliados pelo:

- A) Valor justo.
B) Custo líquido.
C) Custo histórico.
D) Custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor.



28

Sobre o Patrimônio Líquido das entidades, segundo a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.
- () Devem ser classificadas como reservas de lucros, entre outras, as contas que registrarem a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.
- () Também será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado.
- () Serão classificadas como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.
- () As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V, V. B) V, F, V, V, V. C) F, V, V, V, F. D) V, F, V, F, V.

29

A Resolução CFC nº 1.374/2011 apresenta, entre outros, os conceitos das características qualitativas da informação contábil-financeira útil; uma destas características é a relevância. Sobre esta característica, a Resolução afirma que uma informação, para ser relevante, deve ter valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. De acordo com a Resolução CFC nº 1.374/2011, a informação contábil-financeira tem valor preditivo se:

- A) Somente for uma predição ou uma projeção.
- B) For confirmada pela informação confirmatória.
- C) Retroalimentar – servir de *feedback* – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).
- D) Puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.

30

De acordo com a Resolução CFC nº 1.374/2011, “ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”. A Resolução ainda afirma que: “Um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Um ativo não deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente”. A empresa Brasil Ltda. incorreu em gastos que não proporcionaram expectativa provável de geração de benefícios econômicos futuros para a entidade, apesar da intenção da administração de que tal gasto geraria os benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente. No caso da empresa Brasil Ltda. e de acordo com a resolução CFC nº 1.374/2011, o gasto deve ser reconhecido

- A) como despesa no balanço.
- B) no passivo, uma vez que é um gasto.
- C) como despesa na demonstração do resultado.
- D) no Ativo pela intenção da administração de que tal gasto geraria os benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente.

31

A Resolução CFC nº 1.374/2011 define, entre outros fatores, as bases para mensuração, que pode ser definida como o processo de avaliar monetariamente os elementos das demonstrações contábeis, para que possam ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. A Resolução apresenta um número variado de bases de mensuração que podem ser utilizadas em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Com relação às bases de mensuração e de acordo com a Resolução CFC nº 1.374/2011, aquela em que os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação é:

- A) Custo histórico. B) Custo corrente. C) Valor realizável. D) Valor presente.



32

“A empresa Bit Ltda., que tem como atividade fim exclusiva a fabricação de celulares e está situada em uma pequena cidade, tinha um imóvel registrado em seu ativo não circulante, imobilizado, com valor líquido (já descontando depreciação) de R\$ 500.000,00. A venda foi realizada com recebimento a vista no valor de R\$ 550.000,00.” O registro contábil da operação ocasionou, segundo a Resolução CFC nº 1.374/2011,

- A) um aumento no ativo. C) um aumento no passivo.
B) um aumento na receita. D) um aumento na despesa.

33

“O contador da empresa Mas Ltda. elaborou as demonstrações contábeis da empresa, com data de 31 de dezembro de 2016. Após o fechamento das demonstrações, ele percebeu que cometeu um erro pela falta de reconhecimento de uma despesa que cumpria todos os critérios exigidos e deveria ter sido reconhecida na demonstração do resultado deste exercício. O contador, refletindo sobre uma solução, resolveu corrigir o erro publicando-o nas notas explicativas.” Neste caso o contador:

- A) errou, ele deveria incluir um anexo com um material elucidativo corrigindo o erro.
B) acertou, pois divulgando nas notas explicativas as políticas contábeis utilizadas ele poderia corrigir o erro.
C) acertou, se ele colocou nas notas explicativas o resultado que deveria acontecer se reconhecesse a despesa.
D) errou, pois a falta de reconhecimento de tais itens não é corrigida pela divulgação das práticas contábeis adotadas nem tampouco pelas notas explicativas ou material elucidativo.

34

“A empresa Beta S/A possui uma ação de indébitos tramitando na justiça. No entanto, analisando os critérios probabilísticos exigidos para reconhecimento, chegou-se a conclusão que não é possível mensurar com confiabilidade o montante que será recebido.” Neste caso, a empresa deve:

- A) Reconhecer como ativo.
B) Reconhecer como receita.
C) Divulgar nas notas explicativas.
D) Reconhecer como ativo e divulgar nas notas explicativas.

35

“Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.”

(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.)

“A prefeitura de uma grande cidade brasileira fez a sua lei do orçamento e, aproveitando a oportunidade de publicação, resolveu incluir na lei um capítulo que fez constar o código de ética dos servidores municipais.” A publicação do código de ética na lei do orçamento está

- A) certa, de acordo com o princípio da Publicidade.
B) errada, de acordo com o princípio da Legalidade.
C) certa, de acordo com o princípio da Transparência.
D) errada, de acordo com o princípio da Exclusividade.

36

Segundo o Art. 96. da Lei nº 8.666/93, tem como pena de três a seis anos e multa, aquele que fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente, destas entre outras formas:

- I. Elevando os preços, mesmo que conste em contrato.
II. Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.
III. Entregando uma mercadoria por outra.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.



37

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. A Lei nº 4.320/1964 classifica as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”. Assinale a afirmativa que apresenta um conceito correto para receitas de Capital.

- A) São recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita à autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- B) São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.
- C) São aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos.
- D) São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

38

“No momento de reconhecer suas dívidas nas demonstrações contábeis, a prefeitura de uma cidade do interior ficou na dúvida de onde reconhecer as dívidas com pagamentos que independam de autorização orçamentária.” Segundo a Lei nº 4.320/64, o gasto citado deverá ser reconhecido como:

- A) Ativo financeiro.
- B) Passivo financeiro.
- C) Ativo permanente.
- D) Passivo permanente.

39

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, “as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. Essas variações patrimoniais podem ser definidas como: **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA):** correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários. **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD):** correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários”. Considera-se realizada a **Variação Patrimonial Aumentativa (VPA):**

- I. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados.
- II. Quando da extinção, exclusivamente total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
- III. Pela extinção natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.

Sobre a **Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)** estão **INCORRETAS** as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

40

“O Governo Federal, ao analisar seus passivos para elaboração das demonstrações contábeis, verifica contra si uma ação judicial que pode ser classificada como uma obrigação possível, sendo improvável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos ou potencial de serviços e que seja exigida para a extinção da obrigação.” Neste caso a contabilidade pública deve:

- A) Reconhecer uma provisão, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- B) Reconhecer um passivo não circulante, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- C) Não reconhecer em contas patrimoniais, registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.
- D) Não reconhecer em contas patrimoniais nem registrar em contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e divulgar em notas explicativas.



45

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata da responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu Art. 54, que seja emitido, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no Art. 20, (Ministério Público; Poder Legislativo: Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União; Estadual, a Assembleia Legislativa e os Tribunais de Contas; Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal e Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver; no Poder Judiciário: Federal, os tribunais; Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.) do Relatório de Gestão Fiscal. **2. O Relatório de Gestão Fiscal deve conter informações sobre:**

- A) A despesa total com pessoal, dívida separada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no mês de cada quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
- B) A despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
- C) A despesa com manutenção, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no penúltimo quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
- D) A despesa total do órgão separada por departamentos, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, sendo que no último quadrimestre de cada exercício não precisa ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.

46

A Lei nº 8.666/1993, em seu Art. 54, diz que: “os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. § 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam. § 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta”.

Considere que “uma determinada prefeitura, após cumprir todos os atos anteriormente no exposto em conformidade com a lei, assinou contrato com uma empresa para realização do serviço de obra de uma ponte. No contrato constam: o objeto e seus elementos característicos; o regime de execução ou a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo; o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei nº 8.666/93; as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão; a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a exigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação”. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, faltam, no contrato, uma cláusula constando:

- A) Os prazos de início de etapas e de conclusão.
- B) Os prazos de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo.
- C) Os prazos de início de etapas de execução, de entrega, de observação e de recebimento definitivo.
- D) Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo.



47

Segundo a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, os relatórios de gestão e os processos de contas constituídos pelo Tribunal serão organizados de acordo com a seguinte classificação:

- I. Individual, quando envolverem uma única unidade jurisdicionada.
- II. Consolidado, quando envolverem mais de uma unidade jurisdicionada e for conveniente ao Tribunal avaliar a gestão em conjunto.
- III. Agregado, quando envolverem mais de uma unidade jurisdicionada e for conveniente ao Tribunal avaliar a gestão por meio do confronto das peças de cada unidade do conjunto.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.

48

A NBC TA 200 trata das responsabilidades gerais do auditor independente na condução da auditoria de demonstrações contábeis em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. De acordo com a NBC TA 200, assinale a alternativa que apresenta uma definição INCORRETA.

- A) Administração é a pessoa com responsabilidade executiva pela condução das operações da entidade. Para algumas entidades, como no Brasil, a administração inclui alguns ou todos os responsáveis pela governança, por exemplo, membros executivos de um conselho de governança, ou sócio-diretor.
- B) Informação contábil histórica é a informação expressa em termos financeiros em relação a uma entidade específica, derivada principalmente do sistema contábil da entidade, a respeito de eventos econômicos ocorridos em períodos passados e futuros ou de condições ou circunstâncias econômicas em determinada data no passado ou no futuro.
- C) Premissa, relativa às responsabilidades da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança, com base na qual a auditoria é conduzida – que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança tenham conhecimento e entendido que eles têm as seguintes responsabilidades, fundamentais para a condução da auditoria em conformidade com as normas de auditoria.
- D) Demonstrações contábeis são a representação estruturada de informações contábeis históricas, incluindo notas explicativas relacionadas, com a finalidade de informar os recursos econômicos ou obrigações da entidade em determinada data no tempo ou as mutações de tais recursos ou obrigações durante um período de tempo, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. As notas explicativas relacionadas geralmente compreendem um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações. O termo “demonstrações contábeis” geralmente se refere a um conjunto completo de demonstrações contábeis, como determinado pela estrutura de relatório financeiro aplicável, mas também pode se referir a uma única demonstração contábil, que seria um quadro isolado.

49

Na NBC TA 200 encontramos a definição de “risco de distorção relevante”. Segundo a norma, “é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria. Consiste em dois componentes: risco inerente e risco de controle”. Assinale a alternativa que apresenta a definição correta de risco de controle, de acordo com a NBC TA 200.

- A) É a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.
- B) É a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser irrelevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, que seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- C) É o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- D) É o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser irrelevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, que seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.



50

“Um auditor, ao realizar seu trabalho, encontrou uma circunstância excepcional e julgou necessário não atender um requisito relevante de uma norma.” Segundo a NBC TA 230, neste caso, o auditor

- A) deve documentar como os procedimentos alternativos de auditoria executados cumprem a finalidade desse requisito e as razões para o não atendimento.
- B) não deve documentar como os procedimentos alternativos de auditoria executados cumprem a finalidade desse requisito e as razões para o não atendimento.
- C) deve documentar como os procedimentos alternativos de auditoria executados cumprem ou não a finalidade desse requisito e as razões para o não atendimento.
- D) deve documentar como os procedimentos alternativos de auditoria executados cumprem a finalidade desse requisito sem a necessidade de expor as razões para o não atendimento.

51

Segundo a NBC TA 230, um auditor, na conclusão da montagem do arquivo final de auditoria, pode fazer novas modificações na documentação de auditoria durante o processo final de montagem. Segundo a NBC TA 230, o auditor pode fazer estas modificações, se elas forem de natureza:

- A) Civil.
- B) Criminal.
- C) Trabalhista.
- D) Administrativa.

52

Uma empresa industrial apresentou os seguintes valores de contas:

Compra de máquina da produção	R\$ 200.000,00
Salários do pessoal do escritório	R\$ 20.000,00
Gasto com inundação	R\$ 50.000,00
Compra do prédio da fábrica	R\$ 1.000.000,00
Compra de sacolas plásticas para entrega ao consumidor final	R\$ 2.000,00
Material de embalagem da produção	R\$ 5.000,00
Mão de obra da produção	R\$ 20.000,00
Compra de material de escritório	R\$ 1.000,00
Aluguel de máquinas para produção	R\$ 2.000,00
Depreciação da máquina da produção	R\$ 1.000,00
Gasto com manutenção da máquina da produção	R\$ 1.500,00

A sequência correta de valores de custos e despesas são, respectivamente:

- A) R\$ 29.500,00 e R\$ 23.000,00.
- B) R\$ 29.500,00 e R\$ 73.000,00.
- C) R\$ 1.229.500,00 e R\$ 23.000,00.
- D) R\$ 1.229.500,00 e R\$ 73.000,00.

53

“Uma empresa industrial utiliza-se do custeio por absorção para realizar toda a sua apuração de custos.” Considerando um fator importante, a classificação dos custos em diretos e indiretos se dá em relação

- A) à atividade.
- B) aos produtos.
- C) aos departamentos.
- D) à quantidade produzida.

54

“A empresa Tio Ltda. resolveu investir em seu parque industrial comprando uma máquina de última geração que fará o serviço com maior eficiência do que as atuais. O valor da máquina à vista é de R\$ 250.000,00. A empresa pretende pagar sem entrada e em seis prestações mensais, a operação terá uma taxa de juros compostos de 2% ao mês.” Qual será o valor pago ao final do financiamento?

- A) R\$ 253.000,00.
- B) R\$ 281.540,60.
- C) R\$ 281.550,65.
- D) R\$ 746.496,00.



55

“Uma empresa comercial aplicou R\$ 150.000,00 a juros simples, a uma taxa de 12% ao semestre. Após 5 meses, ela resgata todo o montante e o aplica em um outro investimento uma taxa de juros compostos de 5% ao ano, por dois anos.” No final da segunda aplicação, o valor do montante é de:

- A) R\$ 165.000,00. B) R\$ 168.000,00. C) R\$ 181.812,50. D) R\$ 181.912,50.

56

“A empresa Nossa Ltda. possui um financiamento e faltam duas prestações de R\$ 1.000,00, elas vencem em 30, 60 e 90 dias, sabe-se que a taxa de juros compostos usada neste financiamento foi de 2,3% ao mês.” Se a empresa desejasse quitar estas prestações hoje, quanto ela pagaria?

- A) R\$ 2.800,15. B) R\$ 2.817, 11. C) R\$ 2.867,11. D) R\$ 3.000,00.

57

“A empresa Nova Ltda. contraiu um empréstimo, em um banco comercial, de R\$ 150.000,00 e foi contratado para ser pago pelo Sistema Francês (tabela *Price*) em três prestações anuais à taxa de 15% a.a.” Qual será o valor das prestações?

- A) R\$ 65.675,54. B) R\$ 65.696,54. C) R\$ 66.696,54. D) R\$ 67.696,54.

58

Um financiamento de R\$ 50.000,00 será pago em 48 prestações mensais pelo sistema *PRICE*, à taxa de 3% a.m. Qual é o saldo devedor após o pagamento da 20ª prestação?

- A) R\$ 42.017,46. B) R\$ 45.017,46. C) R\$ 47.017,46. D) R\$ 47.020,46.

59

“Um contador, chamado Júnior, tem um amigo de mais de 30 anos de amizade e sabe-se que este amigo sempre agiu com honestidade. Certo dia, para conseguir um financiamento, o amigo pediu para o contador emitir um parecer sobre a situação financeira de sua empresa. O contador da empresa é outro, e Júnior não tem qualquer conhecimento sobre os documentos contábeis da empresa.” De acordo com o código de ética do contador, ele deve:

- A) Emitir o parecer, já que sabe que este amigo sempre agiu com honestidade.
B) Não emitir o parecer, pois não tem em mãos os documentos que comprovem a situação.
C) Emitir o parecer, desde que ligue antes para o contador da empresa e se informe da situação.
D) Não emitir o parecer, pois não poderia cobrar do amigo, o que é vedado pelo código de ética do contador.

60

Segundo o código de ética do contador, a transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades: advertência reservada, censura reservada e censura pública. Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como atenuantes:

- I. Ação desenvolvida sem prerrogativa profissional.
II. Ausência de punição ética anterior.
III. Prestação de relevantes serviços à Contabilidade.

Estão corretas as alternativas

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

